



Requer que sejam incluídas categorias representativas de auditores fiscais municipais na discussão do Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2022.

Requer, nos termos do inciso III do art. 24, e do art. 255, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que na realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2022, que estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres do contribuinte, principalmente quanto a sua interação perante a Fazenda Pública e dispõe sobre critérios para a responsabilidade tributária, sejam ouvidos também os seguintes representantes:

- ## JUSTIFICATIVA

1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228540263900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

para a responsabilidade tributária.

Como se trata de uma matéria altamente relevante e de amplitude nacional, que favorecerá o contribuinte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, seria importante que na discussão da proposta fossem também ouvidos os representantes dos auditores fiscais municipais.

A solicitação para inclusão dos segmentos municipais vai no sentido de contribuir e levar elementos e subsídios técnicos, principalmente sob a óptica municipal, para que o relator consiga a amplitude necessária das realidades dos entes federados em sentido global.

Sala das Comissões, em de de 2022.

Júlio César
Deputado Federal

